



DESDE A NOITE DE ONTEM A POLÍCIA CIVIL ESTÁ DE VOLTA AO TRABALHO. OS DIAS PARADOS TERÃO QUE SER REPOSTOS EM UM MÊS. MAS O ESTADO DE GREVE CONTINUA

DF. Polícia

ACABA GREVE DOS POLICIAIS

Acabou a greve dos policiais civis do Distrito Federal. Os grevistas voltaram a trabalhar normalmente a partir da assembleia realizada no final da tarde de ontem, em frente ao palácio do Buriti.

Os dias parados terão que ser repostos dentro de 30 dias, o que garante o pagamento dos salários do mês de março sem desconto na folha. Quem se recusar a repor os dias parados terá o salário descontado no início de abril.

Em uma reunião que durou cinco horas, o secretário de Segurança Pública, Roberto Aguiar, o secretário adjunto de Administração, Márcio Baiochi, e a diretoria do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol), chegaram a um acordo sobre as reivindicações dos policiais grevistas.

“A discussão sobre as reivindicações dos policiais foi feita em um ambiente muito tranquilo. Exatamente à meia-noite de ontem (quarta-feira), o documento estava sendo lavrado”, revela Roberto Aguiar.

No documento, assinado no início da madrugada de ontem pelos dois secretários, o Governo do Distrito Federal reconhece o direito dos policiais de receberem a Gratificação por Operações Especiais (GOE) e se compromete a encaminhar ao Governo Federal, no prazo de cinco dias úteis, o pedido de recursos necessários para o pagamento.

“Continuamos em estado de greve”, afirma o presidente do Sinpol, Hugo de Souza Silva. “Se o governo não cumprir os prazos que foram prometidos, a greve volta com força total”, diz Hugo.

Além de requerer formalmente recursos da União para pagar a GOE, o governo vai pagar o valor descontado a mais do INSS — em vez de 6%, o desconto atingiu 12% — de fevereiro de 1998, no prazo de dois dias úteis. O desconto de 6% também volta a ser restabelecido a partir de março.

O presidente do sindicato, no entanto, não soube explicar se os policiais que ganharam liminares na Justiça também serão beneficia-

dos com a medida. Inicialmente, o governo só admitia pagar aos funcionários que conseguiram decisão de mérito na Justiça.

Quanto aos atrasados do INSS, de 1992 a setembro de 1997, e aos tíquetes de alimentação, o GDF vai adotar a mesma medida que foi tomada em relação ao Governo Federal no pagamento do GOE. Ou seja, em cinco dias úteis vai encaminhar o requerimento formal à União.

As progressões funcionais de se-

tembro de 1997 vão ser pagas pelo GDF no mês de abril, segundo o compromisso. O diretor da Polícia Civil do DF, Teodoro Rodrigues, deve apresentar, em um prazo de 15 dias, um pedido de autorização de horas extras — previamente quantificadas — ao governador Cristovam Buarque. O adicional noturno de dezembro de 1997 vai ser pago em folha suplementar no dia oito de abril. Os adicionais noturnos atrasados, que dependem da União, vão ser pagos assim que a União repassar os recursos.

Em relação a equiparação da tabela salarial dos novos policiais — que tomaram posse em fevereiro de

1997 — com os antigos, o governador já encaminhou ao ministro Pedro Malan a solicitação para que sejam feitas as correções necessárias. Essa é uma das reivindicações que fazem parte da pauta dos delegados de polícia do Distrito Federal.

“O governo não terá nenhum problema em cumprir os prazos que fazem parte do acordo”, afirma Roberto Aguiar. “O final da greve foi bom para todos. Para os policiais, para o governo e sobretudo para a comunidade”, diz.

“SE O GOVERNO NÃO CUMPRIR OS PRAZOS QUE FORAM PROMETIDOS, A GREVE VOLTARÁ COM FORÇA TOTAL”

Hugo de Souza Silva
presidente do Sindicato dos Policiais Civis

Raimundo Paccó



Policiais acabaram greve depois que governo pediu à União verba para pagar gratificação por operações especiais